

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 2019**  
**(Do Sr. Gilberto Abramo)**

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, no sentido de esclarecer a esta Casa, de forma detalhada, sobre contratação de empresa sem contrato pra reforma em prédio do Ministério.

**JUSTIFICATIVA**

Grandes veículos de comunicação como Metrôpoles e Diário da Manhã, noticiaram no mês de Agosto, que o Ministério da Economia contratou sem licitação empresa para fazer reparos e foram realizados no bloco J, onde até o ano passado, ficava o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), que na atual administração foi incorporado à antiga Fazenda.

A empresa responsável pelas obras tem origem do Grupo MPE, declarado inidôneo pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ou seja, não poderiam ser contratados pelo poder público. O motivo seria porque a empresa foi citada na operação Lava Jato e no cartel de trens de São Paulo.

Em 2018, apesar desse impedimento, o Ministério da Fazenda contratou a companhia e, somando isso à atual administração de Paulo Guedes, a empresa recebeu um novo aditivo milionário para continuar prestando os serviços.

O fato é que as reportagens denunciam que o prédio do Mdic não foi incluído no aditivo citado, o que impediria a realização de obras no local, mas mesmo assim o Ministério da Economia permitiu que o serviço começasse. O gestor do contrato, Bruno Queiroz, incluiu o prédio no contrato e articulou uma forma de liberar o início das obras, mesmo sem um novo contrato ser assinado.

Diante disso, peço esclarecimento se não houve contrato para a realização dessas obras.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2019.

Deputado GILBERTO ABRAMO